



be braga

boletim da organização distrital . trimestral . nº 4 . julho 2007

em bloco

A V Convenção do Bloco de Esquerda foi o acontecimento marcante no último trimestre. Depois de um processo de vivo debate entre as quatro moções apresentadas, os delegados eleitos pelos distritos decidiram em Lisboa a orientação política para o próximo biénio e elegeram a Mesa Nacional e a Comissão de Direitos.

No entanto, apesar do natural empenhamento dos bloquistas no processo da Convenção, a actividade política no distrito não esmoreceu, como damos conta neste número de Verão do Boletim da organização distrital de Braga, que conta, como sempre, com os contributos de quantos entenderam manifestar a sua opinião sobre a política e as políticas. Também assim se constrói um movimento plural e aberto.

E porque é tempo de descanso, despedimo-nos com votos de boas férias para todas e todos a que a elas possam aceder.

A Redacção

Eleitos do distrito para os órgãos nacionais:

Mesa Nacional - pela lista A Custódio Braga e José Maria Cardoso, pela lista C João Delgado e Daniel Martins

Comissões eleitas pela Mesa Nacional:
Ambiente - Ana R. Marcelino
Autarquias - José Maria Cardoso e João Delgado

Jornadas das Alterações do Clima no distrito de Braga já a 22 de Julho

As Jornadas das Alterações do Clima passam pelo nosso distrito no próximo domingo, sendo o programa aberto com um Piquenique no Parque das Taipas, na margem do rio Ave, a partir das 12h30. Mais tarde, pelas 16h00, terá início um percurso de barco no rio Cávado, com descida até à praia fluvial da ponte velha.

Estas duas iniciativas integram-se no tema "A Gestão da Água e a Poluição", e têm como objectivo comum a denúncia da poluição dos rios, bem como a inércia dos poderes centrais e locais face a um problema bem sentido pelas popu-



lações e que se arrasta há décadas, consumindo milhões mas sem solução à vista.

A participação nas iniciativas locais é aberta, mas é importante que seja feita inscrição prévia, por questões logísticas relacio-

nadas com o piquenique e os lugares disponíveis nos barcos, pelo que deversas contactar a tua concelhia ou a distrital.

As Jornadas das Alterações do Clima tiveram início no dia 14 de Julho, em Setúbal, e encerrarão com uma Conferência Internacional no dia 22 de Setembro, em Lisboa. Para mais informações sobre a conferência dirige-te a uma sede do Bloco ou visita o portal na Internet em www.esquerda.net.



Vizela, a caminho dos 10 anos de concelho

Vizela é uma cidade e concelho com 7 freguesias, 2 urbanas e 5 rurais, constituído em 19 de Março de 1998.

O crescimento social, cultural, económico e cultural está presente essencialmente nas freguesias urbanas, deve haver mais descentralização. Para exemplo, diria que dos parcos 1 milhão de euros do "tempo de Guimarães" passou-se para 15/20 milhões actualmente.

A rede viária, o urbanismo (com algum ataque à paisagem), criação de estruturas na área cultural e comercial, a reabilitação do Parque das Termas e a construção do Fórum Vizela, foram algumas das

mais-valias para o Concelho.

Há "dores de cabeça" na despoluição do colorido Rio Vizela, na construção dos Paços do Concelho, e o autismo e alguma arrogância do poder político fazem de Vizela uma terra ainda longe da satisfação e do bem-estar geral, não esquecendo o "cancro" do Vale do Ave, o desemprego e a conseqüente emigração, principalmente para Espanha.

Quem viu Vizela há 10 anos atrás não a reconhece hoje. Vizela está muito melhor. Valeu a pena a luta pelo Concelho. Visitem Vizela.

José Manuel Faria

nesto número

Vigilantes em luta por direitos 2

Desporto em Famalicão 2

Bloco de apontamentos 3

Privatização do Ensino Superior 3

Resistência e luta na Galiza 4

Imoralidade em Barcelos 4

Vigilantes: as razões do nosso descontentamento

Desde 2001 tenho vindo a aprender o que é esta coisa de ser vigilante. É muito pouco tempo ainda, principalmente quando comparado com outros camaradas.

Infelizmente para mim, tempo mais que suficiente para aprender as dificuldades da profissão. Já não me surpreende ouvir falar do não cumprimento da diferenciação do que são horas diurnas (das 07h00 às 21h00) das horas nocturnas (das 21h00 às 07h00), ou do não pagamento das horas extraordinárias ou das horas laboradas em dias feriados. Dos turnos que em muito excedem as 6 horas consecutivas ou 8 horas com intervalo para refeições, do não pagamento de subsídio de refeições ou ainda horários semanais/mensais muito para além do estipulado por lei. E das férias, do gozo de férias ou do pagamento do respectivo subsídio, que é uma luta todos os anos.

O pagamento pelos vigilantes da formação (3/4 dias de formação de nível 3, valem aqui em Braga 400/500 euros, para alguns vigilantes mais do que ganham num mês), e o pagamento pelos vigilantes do fardamento (desde os 15 euros de uma gravata, passando pelos 30 euros da camisa ou das calças, para terminar nos 50/60 euros da parka, quando não têm ainda que adquirir as fivelas dos cintos e um impermeável. Os sapatos, as meias e o cinto propriamente dito correm por conta do vigilante, embora tenha que obedecer a pré-requisitos impostos pela empresa). Assim, qualquer candidato a vigilante terá empenhado facilmente 600 euros do seu salário, antes mesmo de ter trabalhado um só dia. Depois virá o estágio no local de trabalho que facilmente atinge os dez dias. Não remunerado, pois claro.

Já vou no quarto parágrafo e sinto que poderia continuar numa lista quase sem fim. Contudo não acrescentaria muito mais ao que já escrevi, e menos ainda ao que ouço da parte desses camaradas mais antigos e experientes. Chamo no entanto a atenção para o que me parece mais grave: o desempenho de funções não relacionadas com a actividade de vigilante, particularmente quanto se trata de substituir as forças policiais, o que é manifestamente ilegal. Uma ilegalidade ainda mais constrangedora, quando o garante de que os vigilantes não ultrapassam as suas funções, nomeadamente o de se

fazerem passar por autoridades policiais, cabe ao MAI (Ministério da Administração Interna) que depois delega essas funções nas forças de segurança, a saber: PSP e GNR. A isto acresceria a total falta de seguros, quer de vida quer de saúde.

Um projecto de lei que se proponha atalhar e corrigir este tipo de coisas faz portanto todo o sentido. Tem o meu total apoio, empenho e disposição para participar em tudo o que estiver ao meu alcance.

Contudo, existe uma outra plataforma de luta que me parece merecer ser ponderada com muita atenção, porque promete grande visibilidade para a causa e bons índices de eficácia. Refiro-me a uma campanha sustentada de denúncia junto, não das entidades patronais de vigilância, mas dos seus clientes. Esta estratégia assume maior relevância, quando sabemos que o principal empregador do sector é o próprio estado.

Não podemos aceitar que seja o próprio estado a pactuar com comportamentos amorais e frequentemente ilegais. Por esta via, qual pescadinha de rabo na boca, fecharíamos o círculo com a nossa representação parlamentar que, com uma mão apresentaria um projecto de lei que visa dignificar o sector e a actividade e com a outra obrigaria o estado, e o governo, a actuar, constituindo-se como garante da legalidade. Se mais não for, pelo menos assumindo o compromisso que não continuará a pactuar com este tipo de comportamento dentro das suas instalações e que o MAI, e as forças de segurança, passarão a fazer o que é já sua obrigação: fiscalizar as actividades dos vigilantes e das empresas de vigilância.

É neste cenário, ou contra ele, de grande relevância pública, que surge nos uma petição que se propõe dar visibilidade aos trabalhadores e à sua causa. Sabe-se quem somos. Somos trabalhadores das mais diversas entidades patronais, sindicalizados e não sindicalizados, entre os quais militantes de vários partidos. Dámos a cara, vamos à luta, contamos com todos.

Victor Malheiro

victor_malheiro@yahoo.com

Famalicão: cidade desportiva em debate

O Bloco de Esquerda de Famalicão reafirma que é absolutamente contra a intenção da Câmara Municipal de construir um novo Estádio.

Foi com esta posição que nos apresentámos ao eleitorado, nas últimas eleições autárquicas, e mantemos a opinião, a que se juntam agora algumas preocupações, com factos que achamos deverem merecer uma especial atenção por parte de todos os famalicenses. É obvio que o desaparecimento do actual estádio e a urbanização da área em que está implantado representam um caminho aberto à especulação imobiliária, numa zona da cidade que já tem uma densidade populacional e de construção muito grandes, o que representa também uma manifesta degradação da qualidade de vida.

O BE repudia também o facto de a Câmara, que é responsável pela conservação do actual Estádio Municipal, ter permitido que este chegasse ao estado de degradação em que hoje se encontra, numa clara intenção de poder justificar a construção de um novo.

O Bloco de Esquerda propõe que sejam feitas obras de requalificação do actual estádio, para que este tenha as condições de utilização que se exigem, que o mesmo seja reabilitado e seja potenciada a utilização de estruturas de apoio que possam contribuir financeiramente para a sua manutenção.

Entendemos que a actual zona desportiva apresenta excelentes condições de localização e de acessos, nomeadamente pela proximidade das escolas, e que por isso não pode ser

abandonada à especulação imobiliária. Consideramos ainda que a utilização do estádio para fins diferentes dos desportivos, de que são exemplo os concertos e as Festas Antoninas, também representa uma razão para a sua manutenção.

Não podemos aceitar que não hajam verbas para a manutenção do actual estádio, para a construção da ciclovia e para outras obras que, sendo de menor dimensão, têm mais impacto na qualidade de vida dos famalicenses, e que se desperdicem recursos que são de todos nós em obras megalómanas, elefantes brancos, estádios para estarem vazios, ou que servem interesses menos claros e divergentes do bem comum.

Adelino Mota

Bloco de apontamentos

05.ABR FAMALICÃO Comunicado de imprensa denunciando a Câmara por ter rejeitado as propostas do Bloco apresentadas quando da feitura do plano 2007, e decidir agora aplicar essas mesmas propostas.

20.ABR BRAGA No âmbito das comemorações o BE promove um colóquio com Fernando Rosas, com o tema "25 de Abril: do Golpe à Revolução".

22.ABR FAMALICÃO AM rejeita moção de apoio ao 1º de Maio apresentada pelo Bloco; apresentada proposta para a implementação do orçamento participativo, rejeitada pelo PSD, CDS e PS, apresentado voto de protesto pelo facto de a Câmara não executar deliberações aprovadas na A.M.

26.ABR BRAGA BE apresenta na AM Moção de protesto contra o encerramento da Escola Secundária D. Luís de Castro, rejeitada pelo PS.

27.ABR GUIMARÃES Os deputados do Bloco apresentam proposta de criação da figura do Provedor do Município, rejeitada pelos partidos com assento na AM, com a excepção do MRPP; o deputado do BE Alberto Fernandes afirmou que Guimarães padece de cobardia política.

28.ABR GUIMARÃES Inauguração da nova sede do BE, com a presença do coordenador nacional, Francisco Louçã.

29.ABR FAMALICÃO Bloco vota na AM contra Relatório e Contas apresentados pela Câmara.

29.ABR DISTRITAL O Secretariado Distrital de Braga apela à participação nas comemorações do 1º de Maio, em Guimarães, numa jornada de luta contra o Código do Trabalho, a precariedade e o desemprego, mas também em defesa dos serviços públicos, particularmente nos sectores da educação e saúde.

10.MAI V. MINHO O Bloco de Esquerda propõe que o Serviço de Atendimento Permanente deve manter-se a funcionar durante as 24 horas do dia, enquanto não houver a funcionar no terreno um serviço que permita aos utentes comparar e avaliar o serviço criado pelo governo.

28.MAI FAMALICÃO Em comunicado o Bloco mostra-se preocupado com a situação da fábrica Filobranca, e divulga resposta do governo ao requerimento apresentado na A.R..

28.MAI DISTRITAL O Secretariado apela à adesão à Greve Geral.

27.JUN BRAGA A Coordenadora Concelhia opõe-se em conferência de imprensa aos mais recentes atentados urbanísticos e ao espaço público.

29.JUN FAMALICÃO Apresentada moção na AM contra a Flexigurança e de apoio à manifestação da CGTP a realizar em Guimarães; PSD, CDS e PS votaram contra.

29.JUN BRAGA Apresentada Moção de Censura, rejeitada pelo PS, condenando a falta de transparência na gestão municipal, com o exemplo das acessibilidades do Retail Center e do posto de combustíveis da Júlio Fragata.

03.JUL GUIMARÃES Comunicado de apoio e mobilização para a manifestação contra a Flexigurança, que se realizou em Guimarães.



11.JUL BRAGA Jantar / sessão "Contra a corrupção e o tachismo", com intervenções de Custódio Braga, João Semedo e Francisco Louçã, denunciando os desmandos nas nomeações para os centros de saúde e o "desagravo" a Domingos Névoa, em que participaram umas dezenas de empresários, auto-intitulados representantes de 80% do PIB do distrito.

12.JUL BRAGA A propósito da anunciada venda do nome do Estádio Municipal de Braga a uma seguradora, o Secretariado Concelhio "deliberou encetar as necessárias providências para averiguar da legalidade da operação de venda dos direitos de propriedade municipal por um privado, incluindo a convicção publicamente declarada do Presidente da Câmara".

13.JUL GUIMARÃES Os deputados BE apresentam uma Moção, para que todo o papel utilizado na A.M., seja de origem reciclado; pedem também que se utilize cada vez mais a via electrónica e o formato digital, como contributo para a preservação do meio ambiente e combate ao abate de árvores.

Ensino Superior: a caminho da privatização

O novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior é mais um passo do Governo para a sua privatização.

Apesar de este novo regime prometer uma maior autonomia para as Universidades, as realidades que se auguram são bem diferentes. A "eleição" do reitor é uma prova disso mesmo. Propõe a substituição do Senado e da Assembleia de Representantes por um grupo de 10 a 25 pessoas, das quais 50% serão professores e investigadores, no mínimo 30% serão "Personalidades de Reconhecido Mérito", exteriores à instituição e até 20% cabe aos estudantes. Assim, cria-se o Conselho Geral que retira todos os poderes aos anteriores órgãos e ainda mandatam o Reitor. Esta mudança verifica uma diminuição da representatividade estudantil nas tomadas de posição sobre as orientações pedagógicas dentro da Universidade, dando lugar ao poder dos interesses económicos e políticos exteriores. A autonomia

não parece cair sobre a Universidade em si, mas sim nos interesses do poder económico, que vê neste novo regime uma oportunidade para fazer recair a dependência das instituições sobre eles mesmos, extinguindo a democratização interna, que foi até agora um palco essencial para a participação e decisão de todos dentro das Universidades.

O argumento do governo é o de aumentar e flexibilizar a autonomia financeira, tão apoiado pelas directivas da OCDE, com a criação de fundações privadas. Ficamos esclarecidos com este argumento. As fundações não passam só a ter controlo sobre as Universidades como criam disparidades entre as instituições, criando profissionais de primeira e segunda, todos eles respondendo aos interesses económicos. A autonomia não parece favorecer as universidades mas para o interesse dos privados.

O funcionamento das fundações parte da administração de um Conselho de

Curadores, de 3 a 5 pessoas, nomeadas pelo governo, acabando com as decisões por parte da comunidade académica e com a autonomia científica, financeira e pedagógica.

Os funcionários, segundo este regime, deixarão de ter o seu vínculo na instituição, para passarem a funcionar em contratos temporários, possibilitando uma maior precarização de todo o pessoal empregado neste campo e obrigando a instituição a encontrar múltiplas formas de receitas próprias.

Este Governo já não engana ninguém quando tenta mostrar um horizonte fantasma. Os sucessivos cortes orçamentais aliados ao aumento das propinas, ao trabalho precário, à redução de direitos laborais e à perda da autonomia das Universidades são prova clara do seu objectivo: desresponsabilização do Estado e privatização do Ensino Superior!

Pedro Cruz Mendes

E a Galiza aqui tão perto

A nossa região passa por uma gravíssima crise económica. Há vinte anos, era uma das dez regiões mais industrializadas da Europa. Hoje, encontra-se em rota de divergência, não só com a Europa, mas com a média do país. O PIB regional tem vindo a diminuir, o desemprego aumenta e registamos a maior taxa do país de desemprego de longa duração, os salários médios estão abaixo 78 euros da média nacional e 252 da média dos da região de Lisboa. É o resultado do modelo de desenvolvimento assente na exploração da mão-de-obra intensiva e sem qualificação. De um lado miséria e prostração, do outro, ferraris e campos de golfe. O modelo que, ainda agora, Pinho e Sócrates elogiam em Pequim ou em Bruxelas.

Aqui ao lado, na Galiza, tudo corre de modo oposto. De uma das duas regiões mais pobres de Espanha, a Galiza tornou-se na região com maior índice de crescimento, registando, há três semestres consecutivos, aumentos do PIB superiores aos da média espanhola, sendo o do último ano de 4,2 %. O papel principal neste crescimento cabe à indústria, onde se destaca o “cluster” automóvel, com a PSA Peugeot-Citroen de Vigo, que emprega cerca de 20 000 trabalhadores, e é, a nível mundial, a melhor fábrica do grupo. Apesar de os salários galegos ainda só representarem 83% da média espanhola, os 1240 euros que ganham já são o dobro do que ganham, em média, os trabalhadores da nossa região.

Os 6 000 trabalhadores dos estaleiros navais de Vigo e Pontevedra levaram a cabo, há dois meses, uma dura greve de 18 dias. Em causa estava a precariedade do emprego e a aplicação do Contrato provincial da Metalurgia do ano passado, que previa, para os estaleiros, que, pelo menos 45% dos trabalhadores fossem efectivos. Em Maio, ainda havia empresas, como a Monesa, com 250 trabalhadores, dos quais só oito, os encarregados, eram efectivos. Assim, os sindicatos declararam greve por tempo indeterminado a partir de 3 de Maio, exigindo, inclusive, que as empresas que não

cumprissem o Contrato fossem expulsas dos estaleiros e os seus trabalhadores integrados noutras. Perante a indisponibilidade negocial dos patrões, os trabalhadores mantiveram a greve durante 18 dias. Começavam as jornadas de luta às 7 da manhã, com plenários em que decidiam o que fazer. Quase todos os dias marchavam, aos milhares, para o centro da cidade, com cortes nas vias de trânsito ou dos caminhos-de-ferro. No quarto dia de greve ocuparam a Delegação das Finanças de Vigo, para denunciar as fugas aos impostos dos patrões, nomeadamente aos pagamentos à Segurança Social; no dia 11 de Maio, ocuparam, no decurso de mais manifestações, as quatro agências bancárias da praça Colón, em Vigo, e, depois, a estação dos caminhos-de-ferro, cortando a circulação dos comboios; na manhã do dia 15 ocuparam a delegação da Junta do governo regional; os sindicatos convocaram para os dias 22 e 23 uma greve geral dos metalúrgicos e ameaçaram com uma greve geral na região; entretanto, vários trabalhadores são detidos pelas polícias secretas, aleatoriamente, no fim das manifestações, com intuits intimidatórios; no dia 17, os patrões cedem a sentar-se à mesa das negociações e assinam um pré-acordo que satisfaz os trabalhadores. No dia 27 de Junho, data limite para o cumprimento do acordado, 207 das 215 empresas estavam na lei, 55% dos assalariados dos estaleiros tinham contrato efectivo, o que implicou que mais de 2 900 passassem a ter um emprego fixo. E a luta pela anulação da precariedade dos restantes vai continuar.

A luta dos trabalhadores contra a ganância capitalista é o principal factor de progresso. Não reclamassem reduções do horário de trabalho, aumentos de salário, higiene e segurança no trabalho, segurança social, ainda hoje andaríamos às voltas com os teares manuais e as máquinas a vapor. Não fosse a reivindicação justa dos trabalhadores a ter tudo de tudo, nem capitalistas, nem Estados investiam um cêntimo em investigação, inovação, qualificação e aumento da produtividade.

Custódio Braga

Barcelos: a imoral política local

O Bloco de Esquerda denunciou na Assembleia Municipal de Barcelos a requisição pela Câmara dos serviços da professora Maria Fernanda Reis, esposa do Presidente, e a nomeação de Horácio Barra, vereador e líder local do PS, para consultor jurídico do Hospital de Barcelos.

Excertos da intervenção do deputado municipal do Bloco, José Maria Cardoso: “Em relação à notícia do Jornal “Voz do Minho” sobre o cargo de Consultor Jurídico, em que foi empossado o vereador e líder da concelhia política do PS, Dr. Horácio Barra, várias questões se podem e devem colocar. Em primeiro

lugar é preciso saber qual o âmbito de trabalho inerente às funções em que foi empossado. Dar pareceres jurídicos sobre conflitos laborais? Sobre conflitos de interesse institucional? Assume-se como o advogado que representa o hospital em todos os casos do foro judicial? É legítimo questionarmo-nos sobre a posição do dr. Horácio Barra enquanto edil e em reunião de câmara, sobre questões de conflito de interesses entre este órgão municipalista e o hospital.

Em relação à notícia do jornal “Barcelos Popular”, também é verdade que não podemos pactuar, através do silêncio, com suspeições tão graves quanto as

que são apresentadas. Dizer-se que a esposa do Presidente da Câmara é requisitada pela autarquia para funções de apoio cultural e a vereadora do pelouro da cultura desconhecer essas actividades, é no mínimo caricato. Dizer-se que a professora requisitada presta serviço nas escolas do 1º ciclo e os conselhos executivos dos seis agrupamentos de escolas do básico não a conhecem profissionalmente, é no mínimo estranho.”

A Moção apresentada pelo BE, solicitando urgentes esclarecimentos da Câmara, foi aprovada com apenas quatro abstenções.